

continuação

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA | CNPJ: 04.895.728/0001-80

Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso; e (c) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **28. Patrimônio líquido: 28.1. Capital social:** O capital social da Companhia subscrito em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.521.740 (R\$ 1.521.740 em 31 de dezembro de 2016) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações preferenciais			Total	%	
	Ações ordinárias	Ações nominativas Classe A	Ações nominativas Classe B			
Equatorial						
Energia	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100,00%

Não houve mudanças na quantidade de ações no exercício corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria. De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade no recebimento de dividendos. As ações preferenciais classe A terão direito a dividendo mínimo de 6% (seis por cento) a.a sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe B terão direito a dividendo mínimo de 10% (dez por cento) a.a sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a sobre o valor do capital representado por essa classe de ações. **28.2. Reserva de reavaliação:**

Movimentação da reserva de reavaliação

	Quota de reavaliação				
	31/12/2016	reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2017
Reserva de reavaliação	226.341	(27.473)	-	(1.656)	197.212
Encargo tributário	(76.956)	-	9.904	-	(67.052)
Total	149.385	(27.473)	9.904	(1.656)	130.160

	Quota de reavaliação				
	31/12/2015	reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2016
Reserva de reavaliação	259.782	(30.894)	(614)	(1.933)	226.341
Encargo tributário	(88.326)	-	11.370	-	(76.956)
Total	171.456	(30.894)	10.756	(1.933)	149.385

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) pelo qual os bens componentes do ativo imobilizado podem ser avaliados a valores de mercado, desde que sejam obedecidos os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis são reconhecidas a crédito de uma conta específica do patrimônio líquido, denominada reserva de reavaliação. **28.3. Reserva de lucros: a. Reserva legal:** É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro 2017 o saldo desta reserva é de R\$ 54.649 (R\$ 23.972 em 31 de dezembro de 2016). **b. Reserva de incentivos fiscais:** Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 184.939 (R\$ 110.522 em 31 de dezembro de 2016), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75%no imposto de renda apurado pelo lucro real. **c. Reserva de investimento:** Essa reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa reserva é de R\$ 691.388 (R\$ 296.281 em 31 de dezembro de 2016). **d. Reserva de dividendos adicionais:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desta reserva é de R\$ 5.446 (R\$ 19.546 em 31 de dezembro de 2016). **29. Receita operacional:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2017		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.592.529	2.920.784	2.824.361
Industrial	3.872	630.302	389.828
Comercial	180.138	1.613.767	1.308.133
Rural	163.252	271.216	150.916
Poder público	19.031	532.425	474.548
Iluminação pública	480	475.830	223.751
Serviço público	2.087	255.233	42.594
Consumo próprio	216	16.047	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	159	1.162.293	136.290
Suprimento CCEE	-	-	49.001
Baixa renda	634.222	889.135	172.807

	31/12/2017		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Subvenção CDE - Outros	-	-	180.939
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(40.453)
Receita de construção	-	-	865.101
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	437.465
Atualização do ativo financeiro	-	-	54.646
Outras	-	-	59.692
Total	2.595.986	8.767.032	7.329.619

	31/12/2016		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.559.018	2.894.941	2.592.197
Industrial	4.195	924.605	574.130
Comercial	176.218	1.731.346	1.267.890
Rural	144.891	246.263	127.409
Poder público	19.023	528.384	418.703
Iluminação pública	463	525.757	215.180
Serviço público	2.106	260.117	64.123
Consumo próprio	263	33.953	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede ¹⁰	108	742.946	12.544
Subvenção CDE - Outros	-	-	93.250
Suprimento CCEE	-	-	190.125
Baixa renda ⁹	537.059	851.159	150.372
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(38.817)
Receita de construção	-	-	809.839
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	56.008
Atualização do ativo financeiro ¹¹	-	-	61.331
Outras	-	-	47.112
Total	2.443.344	8.739.471	6.641.396

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes. ¹⁰ Para melhor forma de apresentação e comparação com o exercício atual a companhia classificou nº. de consumidores e MWh da Receita pela disponibilidade - Uso da rede, antes apresentado nas classes industrial, comercial e rural e classificou baixa renda, antes apresentado na classe residencial. ¹¹ Para o exercício de 2017 a Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional. **30. Receita operacional líquida:** A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
		(Reapresentado)
Fornecimento de energia elétrica	6.164.889	5.520.445
Receita de distribuição	5.323.143	5.246.742
Remuneração financeira WACC	223.342	124.445
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	437.465	56.008
Subvenção CDE - Outros (b)	180.939	93.250
Suprimento de energia elétrica (c)	49.001	190.125
Receita pela disponibilidade - uso da rede (d) ¹²	136.290	12.544
Receita de construção (e)	865.101	809.839
Atualização do ativo financeiro ¹³	54.646	61.331
Outras receitas (f)	59.692	47.112
Receita operacional bruta	7.329.619	6.641.396
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.247.217)	(1.153.326)
PIS e COFINS	(549.892)	(508.313)
Encargos do consumidor	(45.744)	(45.502)
ISS	(828)	(999)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(334.964)	(358.888)
Deduções da receita operacional	(2.178.645)	(2.067.028)
Receita operacional líquida	5.150.974	4.574.368

¹² A Companhia em 31/12/2016 apresentava a linha "Receita pela disponibilidade - uso da rede" juntamente com a rubrica "Outras receitas". Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 em rubrica específica. ¹³ Para o exercício de 2017 a Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional. (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. O ano de 2017 foi afetado diretamente pelo cenário em que a situação hidrológica ainda está abaixo do nível esperado, causando o acionamento de térmicas valoradas ao PLD, incorrendo maiores custos. A Compra de Energia contribuiu para o aumento desse item, motivado pelo aumento dos custos com os novos contratos vigentes a partir de 2017, acrescido de aumento do custo com o risco hidrológico e efeito disponibilidade que são resultados dos custos repassados as distribuidoras para atendimento ao mercado; (b) Contempla o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata a Resolução nº 2.284/2017. A maior variação está relacionada à previsão dada no reajuste tarifário anual de 2016 ter sido menor em 78% em comparação a 2017; (c) A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o PLD atingiu o patamar de R\$ 521,83 elevando os custos de curto prazo. Adicionalmente a exposição financeira gerou uma despesa em virtude da diferença entre o PLD dos submercados em relação ao PLD do Norte; (d) A variação significativa está relacionada com a migração de 51 clientes do ambiente cativo para o livre totalizando 159 clientes livres no ano de 2017, equivalente a um crescimento do consumo de energia de 56,4% do exercício de 2016 para 2017; (e) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu um acréscimo em comparação com